



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
GABINETE DO PREFEITO

Lei n.º 1050

De 19 de setembro de 2001

Câmara Municipal de Cabedelo - PB
PUBLICAÇÃO
Diário Oficial do Estado do
Pia: 25/09/2001
VISTO

Dispõe sobre a criação do
Programa de Apoio às Escolas
Municipais – PRAEM e
determina outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELO (PB):

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte
Lei;

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio às Escolas Municipais que será implantado, automaticamente, a partir da data de publicação da Lei.

Art. 2º O Programa de Apoio às Escolas Municipais – PRAEM, é um Programa dirigido por critérios universais e redistribuídos, e direcionado a Rede Municipal de Ensino Fundamental.

Art. 3º O Programa de Apoio às Escolas Municipais, é um instrumento que consiste na transferência, pela Prefeitura Municipal de Cabedelo, de recursos financeiros, oriundos dos 40% destinados através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF – reservados para este fim e consignados em orçamento, em favor das Escolas Públicas Municipais do Ensino Fundamental, destinados à cobertura de despesas de custeio e capital, de forma a contribuir, supletivamente, para a melhoria física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiados.

§ 1º A distribuição dos recursos, no âmbito da Escola, dar-se-á, através do Governo Municipal, na proporção do número de alunos matriculados anualmente nas Escolas cadastradas na Rede Municipal, considerando para este fim, as matrículas da 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental, indicado no censo escolar, realizado pela SEEC/MEC, no ano anterior.

88



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
GABINETE DO PREFEITO

§ 2º Os recursos do PRAEM previsto no caput do artigo, serão utilizados pelas Escolas, assegurando, pelo menos 80% (oitenta por cento) dos recursos mensais com despesas de custeio, observando a seguinte proporcionalidade:

Tamanho da Escola (Censo Escolar SEEC/MEC)	Total da Transferência	Distribuição dos Custos	
		Capital no máximo 20%	Custeio no máximo 80%
Até 200 alunos	300,00	60,00	240,00
De 201 a 400 alunos	400,00	80,00	320,00
De 401 a 600 alunos	600,00	120,00	480,00
De 601 a 800 alunos	800,00	160,00	640,00
Acima de 801 alunos	1.000,00	200,00	800,00

Art. 4º Os recursos do PRAEM, serão repassados, automaticamente, para contas únicas e específicas das Escolas Municipais, instituídas para este fim.

Art. 5º Os recursos transferidos à conta do PRAEM destinar-se-ão à cobertura de despesas que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da qualidade do ensino das Escolas beneficiadas, tais como:

- I - pagamento prioritariamente de água e luz;
- II - aquisição de material permanente;
- III - manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade de ensino;
- IV - aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola;
- V - implementação de projetos pedagógicos.

Parágrafo único. Os recursos do PRAEM, não podem ser utilizados para realizar pagamentos, como:

- I - a qualquer título, a servidores da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal;
- II - de pessoas e encargos sociais;
- III - de gêneros alimentícios;
- IV - de festividades e comemorações (coquetéis, recepções etc);
- V - de taxa de qualquer natureza;
- VI - de combustíveis, de materiais para manutenção de veículos, de transporte para desenvolver ações administrativas, de cheque e extrato bancários, e por devolução de cheque.

48



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 6º Os recursos transferidos serão mantidos em contas bancárias específicas nas quais foram depositados, devendo os saques ser realizados, mediante cheque nominativo ao credor, somente para pagamento de despesas relacionadas com o objetivo da transferência ou para aplicação no mercado financeiro.

Art. 7º A Secretaria da Educação, Esporte e Cultura conjuntamente com a Secretaria das Finanças, regulamentação a forma de prestação de conta do PRAEM, e a criação de mecanismo adequados à fiscalização do cumprimento pelo disposto na Lei.

Art. 8º Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais, bimestral e atualizado, relativos aos recursos repassados, ou recebidos à conta do PRAEM, ficarão permanentemente à disposição dos Conselhos das Escolas responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização, no âmbito da Escola e dos órgãos Federais, Estaduais e Municipais de controle interno e externo.

Art. 9º. A Prefeitura Municipal através da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, realizará avaliações periódicas dos resultados da aplicação desta Lei, com vista à adoção de medidas operacionais e de natureza político-educacional corretivas, devendo a primeira ser 03 (três) meses após a promulgação.

Art. 10. Qualquer pessoa física ou jurídica poderá denunciar, por escrito, aos órgãos de controle interno do Poder Executivo e a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, irregularidades identificadas na aplicação dos recursos destinados à execução do PRAEM.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 19 de setembro de
2001; 180º da Independência, 113º da República e 46º da Emancipação Política
Cabedelense.


JOSÉ RIBEIRO FARIAS JÚNIOR
Prefeito